

Políticas públicas de transferência de renda e seus impactos no comércio local programa bolsa família no município de Ibatiba - ES

Gisele Cristina Vieira
gisacv@hotmail.com
Doctum

Flávia Rodrigues de Souza
fflaviarodriguess@gmail.com
Doctum

Rock Kleyber Silva Brandão
fflaviarodriguess@gmail.com
Doctum

Ériton César de Assis
eritonassis@hotmail.com
Doctum

Felipe Lima
gisacv@hotmail.com
IFES

Resumo: O estudo que se segue traz uma análise dos impactos econômico e social do Programa Bolsa Família no Município de Ibatiba/ES. A pesquisa utilizou-se de técnicas de levantamento e pesquisas bibliográficas e classifica-se como exploratória e descritiva, onde foram aplicados 375 formulários aos beneficiários do programa Bolsa Família em visitas domiciliares. O estudo esclarece os impactos do referido programa no comércio local com 97,07% de beneficiários injetando dinheiro nos segmentos de papelarias (74,93%), Loja de roupas e calçados (74,13% e 70,40% respectivamente), mercearias (57,33%), padarias (56,80%), farmácias (56,0%), supermercados e mercadinhos (41,33% e 41,07% respectivamente). Identificou-se ainda que 59,20% dos entrevistados puderam adquirir bens duráveis ou eletrônicos para a família após a inclusão no programa, e esses gastos são efetuados em sua maioria sem a evidência de um controle específico para a utilização deste recurso, onde 93,60% gastam seus benefícios de acordo com as necessidades do mês.

Palavras Chave: Políticas públicas - Bolsa Família - economia local - -

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura como objetivos da República Federativa do Brasil, no art. 3º Parágrafo III, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, e no art. 4º parágrafo II, a prevalência dos direitos humanos (BRASIL, 2012).

Segundo Marcon (2010), o Brasil, por ser um país em desenvolvimento, possui uma parcela considerável da população que não consegue satisfazer suas necessidades básicas, fator chamado de má distribuição de renda.

Mediante este cenário, o Programa Bolsa Família (PBF/BF) surge com o intuito de combater a fome e a miséria no país. São concedidos auxílios em dinheiro às famílias que se enquadram no perfil com renda *per capita* de até R\$ 140,00 mensais. Em 2012 o valor do Bolsa Família variou entre R\$ 32,00 a R\$ 306,00 (BRASIL, 2012).

No Município de Ibatiba, localizado ao Sul do estado do Espírito Santo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o PBF beneficiou em 2010 2.479 domicílios. Esses dados foram obtidos em 14 de maio de 2012, com uma média (Janeiro a Abril.) de R\$ 293.119,00 mensais distribuídos entre essas famílias. A gestão do programa no município conta com um auxílio de R\$ 4.512,90 mensais para manutenção do mesmo. O recurso é gasto com: palestras, compras de equipamentos, e assistência aos demais setores que integram o BF como secretarias de saúde e educação (BRASIL, 2012; IBGE, 2010).

O valor anual do PBF é de R\$ 3.517.428,00, aproximadamente. Confrontando com o Produto Interno Bruto (PIB) de Ibatiba, que gira em torno de R\$ 170.407.000,00, segundo dados do IBGE, tem-se uma margem de aproximadamente 2,06% deste valor referente à transferência direta de renda cedida pelo Governo. O PIB é um indicador da arrecadação de um país, região, estado ou município, porém, podem existir evidências do desencontro em relação ao desenvolvimento econômico com o bem estar social da população estudada (JANNUZZI, 2009; IBGE, 2010).

Conforme informações do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Município de Ibatiba/ES apresentou um PIB *per capita estimado em R\$ 8.329* em 2009, em contrapartida, 2.479 famílias em Abril de 2012 vivem em situação de pobreza (*per capita* de até R\$ 140,00) ou de extrema pobreza (*per capita* de até R\$ 70,00) recebendo o auxílio de transferência direta de renda, e outros 1.153 cadastros reservas aguardam por vagas na quota de recebimento do Programa de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2012; IJSN, 2012).

O objetivo geral desta pesquisa é identificar o perfil dos gastos dos assistidos pelo PBF no município de Ibatiba/ES. Especificamente, pretende-se: conhecer os impactos econômicos do programa no setor comercial em Ibatiba/ES, identificando as melhorias financeiras ocorridas na vida das famílias a partir da inclusão no BF e conhecer como as famílias atendidas administram o valor mensal recebido.

Averiguando se o PBF promove o alívio imediato da pobreza, proporcionando aos beneficiários maior poder de compra e como esses gastos são distribuídos no momento em que recebem o auxílio.

O comércio no município de Ibatiba/ES é o setor da economia que mais oferece vagas de emprego, por isso a proposta de analisar o impacto do PBF no comércio. (BRASIL, 2012).

O PBF é maior programa de transferência de renda do mundo, e visa aumentar o poder de compra de seus beneficiários, e afeta positivamente o faturamento das empresas no município que, de forma direta ou indireta, se beneficia do referido programa.

2. POLÍTICAS SOCIAIS

Dentro das políticas públicas, destacam-se, neste contexto, as políticas sociais que visam à segurança do indivíduo ou da família através de transferências monetárias com intuito compensatório, a fim de diminuir os riscos de vulnerabilidade causados pela pobreza. As políticas sociais e macroeconômicas têm o poder de gerar oportunidades de empregos e estabilidade, entre outros benefícios, a fim de combater a pobreza, tal como é o objetivo do PBF (ENPS, 2012; MATIAS-PEREIRA, 2010).

Demo (2008) enfatiza que a política social deve possuir uma postura emancipatória, pois acredita que o caminho correto para esta política é monitorar o que realmente necessita ser assistido, por defender que uma sociedade deve ser composta de cidadãos hábeis e preparados e não de objetos que necessitam a todo momento de atenção.

Jannuzzi (2009) ressalta a importância dos indicadores sociais para elaboração de projetos de políticas públicas através de um diagnóstico preciso da economia da sociedade em valores quantitativos, sendo assim possível medir, por exemplo, quantas famílias de baixa renda em uma comunidade necessitam de assistência social ou até mesmo se enquadram no perfil do PBF.

De acordo com Silva (2010), as políticas públicas na área social têm sido implantadas desde 1930, com destaque para os Estados Unidos que no governo de Franklin Roosevelt, em 1935, criou o *Social Security Act* (ato de Segurança Social) que incorporava o *Aid for Families With Dependent Children* – (Programa de Auxílio às famílias com crianças dependentes), entre outros.

Ainda de acordo com a autora, no México foi criado o Programa Oportunidades do México em 1997, que inicialmente atendia somente famílias rurais com dificuldades financeiras e, posteriormente, estendeu-se a todo país. Na Argentina, merece destaque o programa *Jefas e Jefes de Hogar* criado em 2002, que visa auxiliar chefes de famílias que se encontram desempregados com crianças sob sua tutela. No Chile, o Programa Chile Solidário iniciado em 2002, que auxilia famílias carentes fornecendo apoio monetário e facilidade de ingressar em outros programas sociais oferecidos no país. Na Costa Rica, a ação estratégica do Plano de Desenvolvimento e no Uruguai, o *Programa Ingreso Ciudadano* focam emergências na sociedade.

Este é um assunto de âmbito internacional e como se pode perceber, os programas de transferência de renda não são particularidades do Brasil. Para discussão de tal assunto, tem-se a *Basic Income European Network (BIEN)*, criada em 1986, que coloca em questão a ligação entre a transferência de renda e a pobreza, e defende uma renda básica para todos através de debates em encontros que acontecem de dois em dois anos. O último foi *13 th BIEN International Congress*, realizado em 2010, em São Paulo, Brasil (SILVA, 2010).

2.2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Andrade *et al.* (s/d) conceitua “Programas” como uma junção de providências com intenção de alcançar um grupo social específico. O que caracteriza a pobreza são famílias cuja situação financeira não atinge o suficiente para adquirir uma cesta básica, composta em média

por 30 a 50 itens, e recebem em torno de 40% a 50% a menos que o restante da população, além de existirem necessidades que não estão ligadas a alimentação, tais como moradia, medicamentos, transportes, material escolar e roupas (JANNUZZI, 2009; KESSELRING, 2011).

O Programa Bolsa Família foi oficializado em 9 de junho de 2004 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e atua no combate imediato a pobreza, por se tratar de um programa de transferência direta de renda com condicionalidades. O PBF é a fusão de outros programas federais de transferência de renda: Bolsa Escola (Lei 10.219, de 11 de abril de 2001), Programa Nacional de acesso a Alimentação – PNAA(10.689, de 12 junho de 2003), Bolsa Alimentação (Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001), Programa Auxílio Gás (Decreto 4.102, de 24 de janeiro de 2002) e o Cadastro Único (CadÚnico) criado posteriormente pelo Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de junho de 2007 (BRASIL, 2012).

O objetivo da unificação do programa, de acordo com seus formuladores, é evitar a concorrência entre os programas, que antes eram oferecidos isoladamente, e promover um atendimento mais focado às famílias desfavorecidas pela pobreza no Brasil. Julga-se ser uma forma mais simplificada e racional de atendimento, sendo necessários a integração da União, estados e municípios (SILVA, 2010).

Nos últimos quatro anos, o número de famílias declaradas como pobres recebendo o BF têm aumentando, levando a indagação se a pobreza tem diminuído. Ela abrandou 50,64% do final de 2002 ao final de 2010, aumentando a renda para os pobres mais do que para os ricos, em porcentagem, classificando esta década como a época da “redução das desigualdades”, assim como os anos 70 foram tidos como “milagre brasileiro” e a década de 90 como “década da estabilização” (BRASIL,2012; SINDPD-PE, 2012).

Para o economista Guilherme Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o governo Lula apenas aumentou os privilégios para os ricos e fragmentou a ajuda aos pobres. Ressalta que não foi a redistribuição de renda que esta sendo corrigida, pois, se há aumento nas transferências monetárias para os pobres, é porque aumentaram as arrecadações brutas para as grandes empresas, classificando o BF como um pingo d’água na economia (WEISSHEIMER, 2010).

Em pesquisa realizada entre os anos de 2002 e 2008, o número de ricos no país aumentou de 448 mil para 476 mil pessoas, com expressiva alta da classe média. A concentração de renda no Brasil se torna clara com os números: 46% da renda nacional pertencem a um grupo de ricos, que representam 10% da população, e 50% da população (o que corresponde a aproximadamente 87 milhões de pessoas) são pobres e movimentam apenas 13,3% do total da renda nacional (SILVA, 2010; WEISSHEIMER, 2010).

No Brasil, a disparidade entre as posições sociais não tem diminuído, mais de 20 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza, e ainda continua sendo um dos países com maior desigualdade do mundo, permitindo às pessoas beneficiadas apenas o pão de cada dia. Recebem para ter os filhos indo a escola e sendo vacinados (WEISSHERMER, 2010).

Apesar de dividir opiniões a respeito de sua eficácia, o PBF é hoje o maior programa de transferência de renda do Mundo por envolver, através de condicionalidades, vínculos dos beneficiários com os campos social, educacional e de saúde. Em meio a esta diferença de opiniões, não se pode descartar a importância deste programa para quem o recebe ou quem ainda busca inclusão no referido benefício (SILVA, 2010).

Teixeira (2009) ressalta uma abertura a possíveis enganos na distribuição direta de renda no caso do PBF, pois a renda informada, que classifica o indivíduo com sua família na linha da pobreza, é auto declaratória, dando margem para determinadas pessoas se classificarem no perfil do BF sem direitos para tal. Desta forma, para conter estes casos, são necessárias visitas aos domicílios, verificação de informações no CadÚnico e outros sistemas que contenham em seu banco de dados registros administrativos.

O CadÚnico, é administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) através da Secretaria Nacional de Renda da Cidadania, e armazena dados das características das famílias: tipo de domicílio, número de membros, se há idosos, grau de escolaridade, documentos, estado civil, receita e despesas, essas informações são usadas no momento da seleção das famílias. Ibatiba estava com 3.910 famílias inscritas em agosto de 2012, com 1.872 pessoas vivendo com renda *per capita* de até R\$ 70,00, 3.118 pessoas, com *renda per capita* de até R\$ 140,00 e 3.770 pessoas, com até meio salário mínimo (BRASIL, 2012; JANNUZZI, 2009).

De acordo com o MDS, para receber o BF, o beneficiário e o Poder Público assumem compromissos: o governo deve oferecer serviços nas áreas da saúde, educação e assistência social; as famílias assistidas devem, na área da saúde, acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. Mulheres com idade entre 14 e 44 anos também ficam comprometidas a fazerem acompanhamentos médicos, assim como as gestantes. Na área da educação, crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados com frequência mínima de 85% da carga horária escolar, e jovens entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75% (BRASIL, 2012).

Já na assistência social, crianças em situação de risco ou constatado quadro de trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem frequentar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com frequência de no mínimo 85%. Estas famílias ficam submetidas também a fiscalização por parte da comissão composta por: gestor e demais funcionários do Centro de Referência de Assistência Social CRAS e de dois em dois anos precisam comparecer na unidade para atualização de seus cadastros (BRASIL, 2012).

A estrutura de profissionais que trabalham diretamente com o BF no CRAS em Ibatiba/ES encontra-se menor quando comparada com outros municípios brasileiros que utilizam o programa, podendo constatar a ausência dos seguintes profissionais: psicólogos, pessoal de apoio, auxiliar de informática e técnico de nível superior em computação. Funciona com uma assistente social, cinco pessoas de nível médio e um pedagogo (SILVA, 2010).

2.3. ECONOMIA

Entre 1968 a 1973, o Brasil registrou um aumento memorável do PIB (acima de 9%) e ficaram conhecidos como “milagre brasileiro”, porém esse crescimento gerou um desencontro na situação social por concentrar renda, estancando o crescimento econômico por não gerar procura por bens ou serviços, o que não movimentou a economia o suficiente devido à concentração de riquezas de uma minoria da população (FILHO, 2007; PAIVA; CUNHA, 2008).

Na década de 90, torna-se claro, a necessidade de implantação de políticas públicas, no intuito de minimizar os impactos negativos na vida dos menos favorecidos financeiramente, devido à má distribuição de renda, afim, de inseri-los no mercado como consumidores (FILHO, 2007).

A partir de 2004 até 2008, o Brasil, juntamente com outros países, passou por um momento crítico com a crise de mercados financeiros internacionais. Em contrapartida, neste período, em 2007, foi registrado pelo Banco central do Brasil um dos anos mais crescentes por um período duradouro no setor econômico nos últimos vinte anos devido a um aumento no consumo e investimentos da população, e também pela redistribuição de renda através dos programas sociais implantados, aquecendo o mercado de trabalho, com contratações formais, diminuindo a taxa de desemprego e disponibilidade de mão-de-obra qualificada em alguns setores (BRASIL, 2013; IPEA, 2012).

Tabela 1 - Despesa com PBF Municipal, Estadual e Nacional em 2012.

Entes federados	PIB	PBF anual R\$ (média)	PBF em relação ao PIB (%)	Estimativa de famílias pobres (IBGE)	Famílias atendidas pelo PBF em abril 2012
Brasil	3.239.404.053.000,00	1.576.907.502,25	0,05	12.995.195	13.394.893
E.S	66.763.011.000,00	22.168.587,50	0,033	229.741	192.575
Ibatiba	170.407.000,00	3.517.428	2,06	2.149	2.479

Fonte: Tabela elaborada pelos autores, com dados extraídos do MDS e IBGE (2012)

Mediante os dados apresentados, observa-se que os valores distribuídos entre os entes federados causam um aquecimento na economia. Esse impacto do BF em relação ao PIB nacional corresponde a 0,05%, o que é relativamente pequeno, em contra partida são R\$ 3.239.404.053 trilhões injetados no mercado, induzindo a refletir se esse benefício contribui ou não para o aumento na produção industrial e se conseqüentemente se reflete nas vendas, e, também, se há necessidade de possíveis contratações de mão de obra.

O secretário-geral das Nações Unidas *Ban Ki-Moon* ao relatar sobre a erradicação da pobreza, destaca o Bolsa Família como modelo a ser seguido em países em desenvolvimento, por reduzir a pobreza e melhorar a vida social no Brasil. Destaca ainda que com 0,5% do PIB demais países em situação parecida com a do nosso país têm condições de implantar políticas sociais como o referido programa (ENSP, 2012).

No Espírito Santo, foi constatado o menor impacto entre os três grupos estudados, com 0,033% do PIB, seguindo a mesma linha de raciocínio são R\$22.168.587,50 milhões, aproximadamente, lançados na economia do estado, não deixando de ter sua parcela de relevância.

Apesar de possuir a menor porcentagem do PBF em relação ao PIB dos três entes federados analisados, conforme dados apresentados na TAB. 1, o Espírito Santo apresenta renda concentrada principalmente na região metropolitana (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Fundão e Guarapari), que juntos correspondem a 68,8% do PIB estadual (IDEIES, 2012).

Em Ibatiba/ES, registrou-se o maior impacto entre os entes federados analisados, o PBF representa no PIB municipal 2,06%, com o valor de R\$ 3.517.428 milhões, aproximadamente. Esse repasse às famílias classificadas como pobre (per capita de até R\$ 140,00) e extremamente pobres (per capita de até R\$ 70,00) movimentam o mercado. Os dados

disponibilizados na TAB. 1 mostram a real dimensão do PBF em valores reais, afetando não somente as famílias atendidas como também a economia local.

De acordo com Behring; Boschetti (2011), para manter a seguridade social, como o BF, é preciso que haja um financiador desses projetos, como tantos outros benefícios sociais, que pode ser um dos seguintes mantenedores: a) União, Unidades Federativas, Distrito Federal e Municípios; b) Tributos distintos; c) Receita de concursos.

O fator decisivo para precificação de determinados produtos ou serviços faz um paralelo entre quem adquire ou pretende obter bens ou serviços e quem os dispõe para o mercado. Porém a demanda por produtos ou serviços não depende apenas de seu preço, outros fatores também interferem, tais como: gosto do cliente, quanto ele dispõe para gastar e comparação entre produtos e serviços que tenham características similares para substituição (CÂMARA, 2008; PAIVA; CUNHA, 2008).

3. METODOLOGIA

Os resultados desta pesquisa foram obtidos por meio de entrevistas com os beneficiários do PBF no município de Ibatiba/ES, tendo como objetivo identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários, conhecer como as famílias atendidas administram o valor mensal recebido e o impacto financeiro gerado no comércio local.

A quantidade de beneficiários do Bolsa Família em Ibatiba/ ES foi obtida através de consulta ao site do Ministério do Desenvolvimento Social. Ao todo, 2.479 famílias foram beneficiadas em abril de 2012. A tabela de Arkin foi usada como parâmetro para delimitar o tamanho da amostra. Assim, para uma população de até 2.500 beneficiários, considerando uma margem de erro de 5%, e nível de confiabilidade de 95%, seria necessário entrevistar 345 pessoas. Diante desses dados, 375 beneficiários fizeram parte da amostra (GIL, 2010).

A pesquisa classifica-se quanto ao fim como exploratória e descritiva. Quanto aos meios, bibliográfica e de levantamento. O instrumento de coleta de dados foi um formulário elaborado e aplicado pelos autores.

A aplicação do formulário foi realizada nos meses de julho e agosto de 2012, com a ajuda de entrevistadores devidamente treinados, os quais percorreram tanto a zona rural quanto a urbana. Os resultados foram analisados e discutidos chegando conclusões abordadas no próximo capítulo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS RESPONDENTES

Quanto ao perfil dos 375 beneficiários do Bolsa Família que compuseram a amostra desta pesquisa, tem-se que: 95,47% são do sexo feminino. As mulheres são o público alvo do PBF, embora a pobreza não se caracterize pelo gênero. Em todo o país, as mulheres assumem maioria como titulares do Bolsa Família. Há que considerar ainda que entre os anos de 2001 e 2009 o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de 27% para 35%, representando aproximadamente 22 milhões de famílias. (MARIANO; CARLOTO, 2009; SILVA, 2010; TAVARES, 2010; IPEA, 2012).

O PBF foca nas mulheres por defender que elas têm um papel social em relação à maternidade. Recaem principalmente sobre a figura feminina os cuidados com os filhos e a

responsabilidade da educação. Destaca-se ainda a desigualdade salarial entre os homens e mulheres (MARIANO; CARLOTO, 2009).

A maioria dos respondentes (37,87%) possui dois filhos, logo abaixo, com 23,47%, estão os respondentes que possuem três filhos. Em escala menor, aparecem as famílias com um filho (19,73%) e quatro filhos representando 12,%, outros sendo 6,93% das famílias têm cinco ou mais filhos.

De acordo com o MDS, o PBF possui quatro tipos de benefícios que variam entre R\$ 32,00 a R\$ 306,00 e cada família recebe de acordo com o perfil no CadÚnico. O Benefício Básico, no valor de R\$ 70,00 atinge até mesmo famílias sem filhos que vivem em condição de extrema pobreza com renda mensal de até R\$ 70,00 *per capita*, famílias indígenas e moradores de rua (SILVA, 2010).

Entre a amostra pesquisada, apenas três beneficiários responderam ter gestantes na família no mês em que foram realizadas as entrevistas (jul/ago 2012).

Observou-se que o maior percentual dos entrevistados é casado (66,67%). Os que moram juntos representam 18,40%, constatando que 85,07% dispõem de uma estrutura familiar composta por marido, esposa e crianças. Os que responderam estar separados, ser solteiros ou viúvos apresentam um percentual menor com 7,47%, 5,33% e 2,13%, respectivamente.

A pobreza consegue atingir em média 30% de famílias conjugadas (pai, mãe e filhos), e 50% de famílias não intactas, que já sofreram algum processo de separação ou morte de um dos cônjuges. As famílias conjugadas são predominantes no Brasil, embora o tipo de estrutura familiar comandada por mulheres tem aumentado nos últimos anos. Sendo responsabilidade da família, educar, transmitir valores, socializar, entre outros (MORAIS, GUIMARÃES, RIOS-NETO et. al., 2010).

Quanto à escolaridade, constatou-se que a maioria dos respondentes (38,68%) possui o Ensino Fundamental até a 4ª série e 33,33% até a 8ª série. Os respondentes que nunca estudaram representam 4,53%, sendo que deste total 64,71% são moradores da área rural e 35,29% pertencem à área urbana. Estes dados corroboram com informações disponibilizadas pelo MDS que apresenta uma taxa de analfabetismo maior na zona rural (17%) do que no perímetro urbano (15,50%) no município de Ibatiba/ES (BRASIL, 2012).

De acordo com Silva (2010), as conexões existentes dentro de um programa de transferência de renda estão em movimentar três eixos principais: educação, saúde e trabalho, possibilitando às famílias atendidas a inclusão no mercado financeiro. Ele defende que a pobreza não se manifesta apenas na falta de dinheiro, mas também na ausência de informações, o que interfere em outros fatores, tais como: não usufruir de serviços sociais básicos, aceitar trabalhar por salários não condizentes com a tarefa realizada, abster-se da política, não ter parte satisfatória da riqueza socialmente produzida.

A região sudeste apresentou o melhor perfil de escolaridade dos beneficiários do PBF em relação ao país. Porém, observou-se que em Ibatiba/ES 86,67% dos entrevistados não possuem o Ensino Médio completo. Apenas 0,27% dos entrevistados ainda estão estudando, o que poderá dificultar uma possível migração da condição da pobreza para uma autonomia financeira (SILVA, 2010).

A condicionalidade na área da educação alcança as crianças beneficiadas, porém, em relação aos adultos, encontram-se dificuldades de se exigir educação continuada, que em

muitos casos atuam como os provedores de renda da família (CRUZ; PESSALI, 2011; SILVA, 2010).

Observou-se ainda que a maioria das famílias dos respondentes (37,60%) é composta por quatro membros. As residências com três e cinco membros correspondem a 25,07% e 20,80% respectivamente, estando em consonância com pesquisa realizada pelo IJSN em 2012, que apresenta a média de 3,39 pessoas por residência na zona urbana e 3,80 pessoas por domicílio na zona rural. Em Ibatiba/ES, os beneficiários respondentes encontram-se um pouco acima da média, com 4,25 pessoas por residência.

Em famílias cuja condição é de pobreza ou de extrema pobreza, o número de membros residentes em cada domicílio é geralmente maior que a média nacional. Em pesquisa realizada na cidade de Sinop/MT, foi identificado que essas famílias beneficiárias do BF também possuem em seus lares membros acima da média, com 4,8 pessoas por residência, sendo a média do país 3,2 (ROSINKE *et. al*, 2010).

Identificou-se que mais da metade dos entrevistados (65,07%) não possuem carteira assinada e vivem sem garantia da Previdência Social. Esse fato pode estar relacionado com a predominância de mulheres, a maioria com filhos em sua dependência com idades entre 5 a 15 anos, com baixo nível de instrução e não continuidade dos estudos. Esses fatores limitam a participação das mulheres no mercado de trabalho formal. Daí 65,07% de titulares do programa não possuírem carteira assinada, e não conseguirem obter bons salários. Apenas 12,27% das mulheres respondentes possuem a maior renda da família.

Com base nas pesquisas do IBGE, o MDS divulgou que a diferença de rendimento mensal entre homens e mulheres em Ibatiba/ES é de 34,27% maior para os homens, sendo a média salarial do homem de R\$ 817,84, aproximadamente, e a da mulher em torno de R\$ 609,10. A renda máxima utilizada como requisito principal para ingressar no programa é insuficiente para medir e estruturar a linha da pobreza em uma família (BRASIL, 2012; SILVA, 2010; WEISSHEIMER, 2010).

O município de Ibatiba possui aproximadamente 11.634 pessoas economicamente ativas, das quais 61,5% ganham até um salário mínimo, e cerca de 464 encontram-se desocupadas. Dos trabalhadores economicamente ativos ocupados, 2.030 têm carteira de trabalho assinada e 5.246 trabalham sem a devida proteção da previdência social, o que talvez possa explicar o alto percentual de trabalhadores informais identificados na amostra pesquisada. O restante são 3.066 que trabalham por conta própria, 144 são empregadores, 337 militares e funcionários públicos, 183 não remunerados e 164 são os que trabalham na produção para próprio consumo (BRASIL, 2012).

Os ramos de atividades mais evidentes no município são a agropecuária e o comércio. Os dois somam 75,80% do total de empregos no município, sendo que o comércio é o setor que mais ofertou vagas de trabalho no período de 2007 a 2010 (IBGE, 2010).

De acordo com MDS, segundo pesquisas realizadas pelo IBGE, estima-se que 10.005 pessoas recebem BF, o que corresponde a 44,73% da população, sendo que 4.641 são crianças e adolescentes até 17 anos, 5.300 são adultos entre 18 e 64 anos e 64 são pessoas acima de 65 anos (BRASIL, 2012).

O Programa Bolsa Família está direcionado a pessoas pobres (renda *per capita* de até R\$ 140,00 mensais) e extremamente pobres (renda de até R\$ 70,00 mensais), porém estes valores encontram-se desatualizados em relação a sua data de criação e ao aumento anual do salário mínimo, dificultando a entrada de pessoas que precisam do referido benefício. Outra questão importante que interfere na candidatura é a possibilidade do indivíduo que trabalha

informalmente obter mais êxito do que o trabalhador formal. Porém uma pesquisa realizada nas cinco regiões do país revela que o auxílio do governo não impede os beneficiários de trabalharem enquanto estão recebendo (SILVA, 2010).

Dos que afirmaram trabalhar com carteira assinada, 83,56% disseram que havia apenas uma pessoa na família nessa condição. Outros 15,07% responderam que duas pessoas encontravam-se devidamente amparadas pelo Ministério do Trabalho e apenas 1,37% alegaram ter três pessoas em seu domicílio nesta situação. Quanto aos que responderam ter outros vínculos empregatícios, 14,13% disseram ter contrato de parceria; 0,27% possuem carteira assinada somente em época da colheita do café; 0,53% trabalham na Prefeitura Municipal de Ibatiba/ES com contrato e 1,33% são concursados na mesma.

Tavares (2010) investiga sobre a possibilidade da distribuição de renda atuar contra a disposição para o trabalho da mulher titular, constatando que apesar do programa gerar um efeito de “quanto maior a renda menor o engajamento no mercado de trabalho”, este fator não é relevante por ter sido identificado em uma parcela pequena da amostra. O BF atua inclusive favorecendo a mãe beneficiária em relação ao tempo que ela dispõe enquanto o filho encontra-se estudando.

O CadÚnico possui uma atualização anual, proporcionando ao beneficiário que conseguir um emprego formal que o torne incompatível com a renda exigida pelo BF, de trabalhar por um período de no máximo 1 ano, até que ocorra a confrontação com a relação anual de informações sociais (ROSINKE *et. al.*, 2010).

A transferência de renda atua na problemática da pobreza de forma imediata, porém é necessário que se promovam ações para que os beneficiários consigam se emanciparem do BF através de melhorias nos serviços oferecidos hoje no programa nas áreas da educação e saúde e no capital humano beneficiado. As melhorias seriam para fins de capacitação para o mercado de trabalho (CACCIAMALI; TATEI; BATISTA *et. al.*, 2010; SILVA, 2010).

4.2. PERFIL DE GASTOS

Constatou-se que um pouco mais da metade dos entrevistados (59,20%) gastam o dinheiro advindo do PBF para a aquisição de bens duráveis ou eletrônicos, com destaque para móveis, celular e DVD, ficando em primeiro, segundo e terceiro lugar respectivamente. Observou-se que a maioria da amostra pesquisada (89,87%) alegou conhecer que o dinheiro cedido pelo PBF possui caráter de gasto livre.

De acordo com Silva (2010), o dinheiro cedido às famílias pobres tem caráter de gasto livre, porém acaba interferindo nos gastos dos beneficiários através das condicionalidades impostas aos mesmos. As famílias decidem com o que gastar. A transferência de renda é direta aos titulares que se enquadram no perfil exigido pelo BF através da Caixa Econômica, que é a responsável pelos pagamentos. As prefeituras realizam os cadastros de famílias que têm o interesse de participar do programa, ficando a critério do CadÚnico (federal) a aprovação ou não dos candidatos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012; CRUZ; PESSALI 2011; HELAL; NEVES, 2010).

Os dados revelam que a maioria dos respondentes (97,07%) não possui o hábito de gastar seus benefícios em outra cidade, confirmando que o impacto financeiro do programa destina-se à cidade de Ibatiba/ES, fortalecendo o comércio local. Os que alegaram gastar o dinheiro do BF em outros municípios, destacaram-se as cidades de Iúna/ES (1,06%), Lajinha/MG (0,80%), Manhuaçu/MG (0,53%), Mutum/MG e Cachoeiro de Itapemirim/ES (0,27%).

De acordo com Andrade. *et. al.*, (2010), o PBF diluído em mais de 11,4 milhões de residências abrange, além das famílias diretamente beneficiadas, o comércio local que oferta produtos importantes para sobrevivência. Em pesquisa realizada em Sinop/MT, observou-se que o comércio local aceita como comprovação de renda para abertura de crédito dos beneficiários o cartão BF, que por sua vez vem aumentando o poder de compra das famílias beneficiadas (ROSINKE. *et. al.*, 2010; WEISSHEIMER, 2010).

Os respondentes foram questionados sobre a existência de uma lista de prioridades para gastar o benefício. Constatou-se que a maioria dos entrevistados (93,60%) não possui nenhum tipo de controle financeiro e alega gastar de acordo com as necessidades mensais mais urgentes. Quanto aos que responderam possuir uma lista de prioridades, 50% afirmaram reter este controle na mente, 33,33% anotam em um papel qualquer e apenas 16,67% anotam em um caderno demonstrando um maior controle em relação aos outros respondentes.

Foram identificados os dez produtos que se destacaram na preferência dos beneficiários, ressaltando que esses itens foram extraídos de uma extensa lista de produtos e serviços do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), optando por 137 opções de escolha. Em primeiro lugar, aparece o item caderno com 84,53%, relacionado à educação, aparecendo também em 4º lugar artigos de papelaria (82,67%).

Cinco dos dez produtos mais visados pelos beneficiários são referentes à alimentação. Em segundo lugar destaca-se o leite (83,73%). O consumo do leite torna-se necessário para fortalecimento do organismo contra doenças ligadas ao metabolismo do cálcio, entre elas se destaca a osteoporose, que atinge principalmente mulheres (CARVALHO; ROCHA, 2011).

Os demais produtos são biscoitos (82,93%) em terceiro lugar, roupa infantil (81,60%) em quinto lugar, calçados e acessórios (76,80%), pão (70,13%), produtos farmacêuticos (64%), iogurte e bebida láctea (63,20%) e frutas (59,73%), respectivamente, até o décimo lugar.

Segundo Silva (2010), quando se busca identificar impactos relacionados ao BolsaFamília, uma das características mais expressivas do programa é assegurar uma alimentação de qualidade em quantidade necessária. Os três segmentos mais procurados foram: alimentação, educação e vestuário. Estes dados foram confirmados em Ibatiba/ES. Há que se considerar que o programa por si só não garante a segurança alimentar em determinadas famílias devido ao estágio de pobreza em que se encontram.

Nesta pesquisa, outro aspecto de relevância em relação aos consumidores caracterizados como os assistidos pelo PBF é a restrição orçamentária, pois implica diretamente na escolha do cliente em relação a certos bens ou serviços ou pelo menos em sua quantidade, porque, principalmente no caso proposto por esta pesquisa, o indivíduo possui um teto em sua renda por se tratar de uma população pobre, o que pode interferir no momento da escolha em relação ao que esta sendo ofertado (CÂMARA, 2008).



FIGURA 1 – Pirâmide das necessidades especiais.
Fonte: Portal do Marketing

Abraham Maslow, em sua teoria da hierarquia de necessidades humanas, apresenta cinco categorias de necessidades expressa em uma pirâmide (FIG. 1). A base é composta pelas necessidades fisiológicas, estando ligadas à sobrevivência do indivíduo, com necessidade de satisfação cíclica e periódica, sendo as principais: alimentação, sono, atividades físicas, satisfação sexual, abrigo e proteção contra os perigos.

A segunda necessidade é a de segurança, que leva o indivíduo a autodefesa em busca de uma sensação de tranquilidade e segurança pessoal. Pode-se identificar, de acordo com o perfil de gastos dos beneficiários entrevistados em Ibatiba/ES, possivelmente atinjam o primeiro nível da pirâmide. As necessidades seguem uma ordem de realização, é preciso que se atenda de forma satisfatória (não sendo necessariamente 100% de realização) um nível da pirâmide para passar para o outro. Dessa forma, percebe-se que alguns dos assistidos do BF provavelmente transitem entre o primeiro e o segundo nível da pirâmide da hierarquia das necessidades fazer (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL. *et al.* 2010).

4.3. IMPACTOS DO PROGAMA NO COMÉRCIO DE IBATIBA

De acordo com Silva (2010), quanto menor o município maiores serão os impactos causados pelo dinheiro cedido às famílias através do PBF. O valor relativamente pequeno em relação ao salário mínimo impede a saída dos beneficiários deste quadro, permitindo-os buscar com o dinheiro advindo do programa apenas produtos de necessidades básicas.

James Galbraith, filho de um dos economistas mais respeitados nos Estados Unidos, John K. Galbraith, afirma que uma das formas mais eficazes de acelerar uma economia não consiste em injetar dinheiro em bancos ou grandes empresas e sim combater a pobreza através de políticas sociais, proporcionando a essa classe um poder maior de fluxo de renda (WEISSHEIMER, 2010).

De acordo com o IBGE (2010), o setor comercial é o que mais ofereceu vagas de empregos no período de 2007 a 2010. Considerando o valor relativamente alto advindo do PBF e difundido na economia local, torna-se necessário conhecer quais comércios são mais requisitados pelos beneficiários.

O Graf. 1 demonstra os setores do comércio mais procurados pelos beneficiários do Bolsa Família que responderam a esta pesquisa.

GRÁFICO 1 – Setor comercial mais procurado pelos beneficiários
Fonte: Dados de pesquisa

O setor de papelaria despontou-se em primeiro lugar com 74,93% na preferência dos entrevistados. O primeiro item mais adquirido foi o caderno (84,5%).

Os beneficiários do BF, que em sua maioria são mulheres, consideram o benefício como uma segurança financeira da família, proporcionando-lhes maior poder de compra e são vistos pelos comerciantes como clientes com potencial de gasto importante. O Bolsa Família alcançou mais 11 milhões de famílias no país e assiste mais de 13 milhões de famílias desde que passou a vigorar em 2004. Os classificados como pobres, ao receberem o auxílio monetário, tornaram-se figuras importantes no setor financeiro, acelerando o crescimento da economia nacional (KESSELRING, 2011; SILVA, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de transferência de renda, como é o caso do PBF, por si só não combatem a pobreza, porém têm sido um veículo de condução para o mesmo, contribuindo para o enfrentamento da pobreza através de melhorias na renda das famílias beneficiadas, e aquecendo a economia principalmente em momentos de crise.

O dinheiro do programa no município de Ibatiba se distribui, em sua maioria, no comércio local, confirmando o impacto econômico nos segmentos de papelarias, lojas de roupas e calçados, mercearias, padarias, farmácias, supermercados e mercadinhos.

O fato de a família ser assistida pelo programa confere-lhe uma renda fixa que possibilita a aquisição de roupas e calçados, principalmente para crianças, e de bens duráveis ou eletrônicos, além da possibilidade de abertura de crédito no comércio local. O Programa Bolsa Família torna os beneficiários clientes em potencial, proporcionando melhorias na qualidade de vida. Considerando que esse benefício é gasto em 93,60% dos casos sem controle financeiro efetivo pelos entrevistados, não havendo sequer uma lista de prioridades.

Os dados analisados refletem um impacto considerável causado na economia local através do consumo gerado pelo PBF distribuído entre as 2.479 famílias no município de Ibatiba/ES (2012), devido ao seu valor relativamente alto (R\$ 3.517.428 anual) injetados no comércio local na busca por materiais escolares, alimentos e roupas.

ERROR: stackunderflow
OFFENDING COMMAND: ~

STACK: